

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2010**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

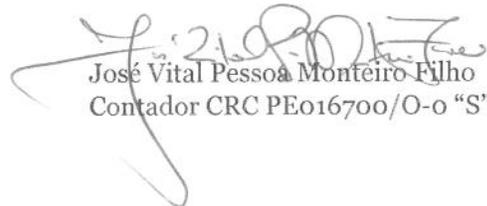
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas 1 e 24, que destacam que a Companhia vem renegociando Empréstimos e Financiamentos com o objetivo de alongar a dívida, em conexão com o início de suas operações e consequente geração de caixa que ocorreu a partir de dezembro de 2010. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Salvador, 13 de maio de 2011


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA


José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC PE016700/O-o "S" BA

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

Ativo	2010	2009	Passivo e patrimônio líquido	2010	2009
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	20.543	38.417	Fornecedores (Nota 13)	19.163	399
Títulos e valores mobiliários	73	65	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	140.209	
Contas a receber (Nota 6)	3.653		Salários e encargos sociais	1.176	98
Adiantamentos (Nota 7)	216	1.828	Impostos a recolher (Nota 14)	3.405	10
Impostos a recuperar (Nota 9)	1.274	402	Imposto de renda e contribuição social recolher (Nota 15)	85	
Despesas antecipadas (Nota 8)	3.686	1.404	Verba de fiscalização (Nota 16)	334	266
Outros ativos	177	6	Outros passivos	1.176	166
	<u>29.622</u>	<u>42.122</u>		<u>165.548</u>	<u>939</u>
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais	314		Provisão para gastos com recuperação da rodovia (Nota 13)	55	
Impostos diferidos (Nota 15)	917	550		<u>55</u>	
Imobilizado (Nota 10)	2.791	4.500			
Intangível (Nota 11)	232.336				
	<u>236.358</u>	<u>5.050</u>	Patrimônio líquido (Nota 17)		
			Capital social	102.000	52.000
			Prejuízos acumulados	(1.623)	(5.767)
				<u>100.377</u>	<u>46.233</u>
Total do ativo	<u>265.980</u>	<u>47.172</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>265.980</u>	<u>47.172</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em 31 dezembro de 2010	Período de 11 de maio a 31 de dezembro de 2009
Operações		
Receita líquida de bens e serviços (Nota 18)	217.953	2.430
Custo dos bens e serviços vendidos (Nota 19)	<u>(203.691)</u>	<u>(2.292)</u>
Lucro bruto	14.262	138
Despesas gerais e administrativas (Nota 21)	(8.755)	(7.523)
Honorários dos administradores (Nota 22)	(131)	(97)
Outras despesas operacionais, líquidas	<u> </u>	<u>(187)</u>
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	<u>5.376</u>	<u>(7.669)</u>
Despesas financeiras (Nota 23)	(6.179)	(85)
Receitas financeiras (Nota 23)	<u>4.115</u>	<u>1.987</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	3.312	(5.767)
Imposto de renda e contribuição social – corrente (Nota 15)	(85)	
Imposto de renda e contribuição social – diferido (Nota 15)	<u>917</u>	<u> </u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período	<u>4.144</u>	<u>(5.767)</u>
Ações em circulação no final do exercício / período (em milhares)	<u>102.000</u>	<u>52.000</u>
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações do capital social no fim do período - R\$	<u>0,04</u>	<u>(0,11)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	<u>Capital social integralizado</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Integralização em 11 de maio de 2009 (Nota 17)	52.000		52.000
Prejuízo do período		(5.767)	(5.767)
Em 31 de dezembro de 2009	52.000	(5.767)	46.233
Integralização de capital (Nota 17)	50.000		50.000
Lucro líquido do exercício		4.144	4.144
Em 31 de dezembro de 2010	<u>102.000</u>	<u>(1.623)</u>	<u>100.377</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Período de 11 de maio a 31 de dezembro de 2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>3.312</u>	<u>(5.767)</u>
Ajustes		
Depreciação e amortização	679	20
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	6.179	85
Outros	<u>292</u>	<u>(35)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Títulos a Receber	(3.653)	
Tributos a recuperar	(872)	(402)
Títulos e valores mobiliários	(8)	(65)
Despesas pagas antecipadamente	(2.282)	(1.404)
Adiantamentos de pessoal e a fornecedores	1.612	(1.828)
Outros ativos	(23)	(6)
Depósitos Judiciais	(314)	
Fornecedores	18.764	399
Tributos, salários e encargos	4.474	108
Verbas de fiscalização	68	266
Outros passivos	864	201
Provisões	<u>55</u>	
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	<u>29.147</u>	<u>(8.428)</u>
Juros pagos	(4.690)	(85)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	<u>24.457</u>	<u>(8.513)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(2.597)	(569)
Aquisições de bens do ativo intangível	<u>(229.734)</u>	<u>(4.500)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(232.331)</u>	<u>(5.070)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital (Nota 17)	50.000	52.000
Recebimento de Empréstimos e Financiamentos (Nota 12)	140.000	
Aumento em dívidas de curto prazo	13.088	
Debêntures emitidas (Nota 12)	102.000	
Pagamento de dívidas de curto prazo e Debêntures (Nota 12)	<u>(115.088)</u>	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>190.000</u>	<u>52.000</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(17.874)</u>	<u>38.417</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 5)	<u>38.417</u>	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 5)	<u>20.543</u>	<u>38.417</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A (“ViaBahia” ou “Companhia”) foi constituída em 11 de maio de 2009 e encontra-se atualmente em operação, ao mesmo tempo em que realiza os trabalhos de recuperação, que compreendem as intervenções estruturais nos pavimentos e melhorias funcionais e operacionais nos demais elementos do Sistema Rodoviário. Estes trabalhos de recuperação iniciaram após a conclusão dos trabalhos iniciais (pré-operacional) e estende-se até o final do 5º (quinto) ano, do prazo de concessão. A assunção do sistema rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) cede no regime de concessão o sistema rodoviário e os bens da concessão à ViaBahia.

A Concessionária tem como objetivo exclusivo a atividade de exploração da infra-estrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receitas de acordo com os termos definidos no Contrato de Concessão.

O Sistema Rodoviário objeto do Edital n.º 001/2008, é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão:

- BR-116/BA Feira de Santana – Divisa BA/MG
- BR-324/BA Salvador – Feira de Santana
- BA-526 Entr. BR-324 – Entr. BA-528
- BA-528 Entr. BA-526 – Acesso Base Naval de Aratu

Dentre os compromissos assumidos pela Concessionária, de acordo com o referido edital destacam-se dentre outras:

- (a) Construção de 07 praças de pedágio:
 - . Praça 1 - Simões Filho, km 597 e 728 da BR-324
 - . Praça 2 - Amélia Rodrigues, km 551 e 094 da BR-324
 - . Praça 3 - Rafael Jambeiro, km 482 e 138 da BR-116
 - . Praça 4 - Brejões, km 566 e 405 BR-116
 - . Praça 5 - Jequié, km 698 e 410 da BR-116
 - . Praça 6 - Planalto, km 773 e 819 da BR-116
 - . Praça 7 - Vitória da Conquista, km 873 e 499 da BR-116
- (b) Implantação de centro de controle operacional e 15 bases operacionais;
- (c) Implantação do sistema de pesagem (postos fixos e móveis);
- (d) Recuperação da rodovia, compreendendo a execução dos serviços de: (i) terraplanagem; (ii) reconstrução e recapeamento das pistas existentes; (iii) ampliação das drenagens; (iv) sinalização vertical e horizontal; (v) implantação de barreiras e defensas; (vi) complementação do sistemas elétricos e de iluminação; recuperação, reforço e alargamento das “obras de arte” especiais, que compreende pontes, viadutos e passarelas

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Duplicações (83,67 km);

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário conforme termos definidos no Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou capital circulante negativo no montante de R\$ 135.926. Os planos da administração para reverter esse cenário estão centrados basicamente na geração de caixa provenientes da receita da operação, bem como na captação de novas linhas de financiamento com vencimentos de longo prazo. Conforme divulgado na Nota 24 (Eventos subsequentes), foram liberados parte dos recursos do BNDES, no montante de R\$ 162.670, que foram utilizados, substancialmente, no alongamento do perfil da dívida.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 2 de maio de 2011.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, essas demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação da provisão para imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com os CPCs pela Companhia. As diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e os CPCs estão apresentadas na Nota 25. Considerando que a Companhia foi constituída em maio de 2009, não estão sendo apresentados no balanço patrimonial os saldos relativos ao balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009.

A Companhia não possuía outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2010 e de 2009. Dessa forma, a demonstração de resultados abrangentes nessas datas não está sendo apresentadas.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os títulos e valores mobiliários são categorizados como mantidos para negociação e são classificados no ativo circulante, referem-se substancialmente a aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem as contas a receber de clientes, os adiantamentos a fornecedores, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados, inicialmente, pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos especulativos e não realiza operações de hedge.

(c) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de cobertura.

(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(f) Demais ativos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

(g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O imobilizado é composto por imobilizações próprias, tais como, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, computadores periféricos e benfeitorias em propriedades de terceiros (escritório da administração).

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 10.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(h) Ativos intangíveis

(h.1) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas pode vir a afetar os saldos registrados.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de itens da infraestrutura.

A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Intangível em formação correspondem aos custos incorridos e capitalizados que estão diretamente relacionados com as atividades de construção da infraestrutura objeto da concessão das rodovias. Adicionalmente, os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia são capitalizados à medida em que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação da infraestrutura da concessão.

(h.2) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 11.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia reconheceu provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os últimos 2 anos, descontados a valor presente de 8,652% (média ponderada do custo de capital da Companhia) ao ano e apropriados pelo prazo de concessão de 24 anos. Esta provisão está registrada pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço, totalizando R\$ 55 em 31 de dezembro de 2010, considerando os aspectos descritos na Nota 13.

(j) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(k) Empréstimos

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis), com base na taxa efetiva.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(l) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

(m) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Em 2010, a administração decidiu pela não deliberação sobre distribuição de dividendos tendo em vista que a Companhia apurou prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.623.

(n) Reconhecimento de receita

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas de construção são reconhecidas pelo valor justo da contra prestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias por referência ao estágio de conclusão da construção, conforme descrito na Nota 18.

(o) Regime Tributário de Transição – RTT

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009.

O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009 e, a partir do ano-calendário de 2010, obrigatório para as pessoas jurídicas optantes pelo lucro real. Assim, considerando que nenhuma legislação disciplinando os efeitos fiscais no contexto dos novos métodos contábeis foi editada, a Companhia permanece adotando os preceitos do RTT, quais sejam, de eliminar, para fins fiscais, os efeitos decorrentes dos novos regramentos contábeis, utilizando-se, para tanto, as regras contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na expectativa histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e para o período de 11 de maio a 31 de dezembro de 2009, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para os ativos financeiros quanto para os não financeiros.

(b) Reconhecimento de Receita

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, considerando margem de lucro, conforme descrito no Nota 18.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de gestão de caixa acima mencionadas.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco da variação do CDI para suas operações de empréstimos (Nota 12), e dessa forma sua despesa financeira pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desse indexador financeiro.

(e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou valores a receber do Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. ("CGMP") no montante de R\$ 2.436, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". A CGMP é uma empresa privada na qual a Viabahia possui contrato de prestação de serviços, tendo como objeto a constituição, implantação e administração do sistema "Sem Parar", sendo que o valor é repassado para concessionária após trinta dias a contar da transmissão dos dados da concessionária para CGMP. A taxa de administração cobrada à Companhia varia de 0,37% a 0,52% sobre o valor das transações.

4.1 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a administração da Companhia monitora o capital com base no nível de endividamento da Companhia, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimo assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante, dividido por seu patrimônio líquido.

Em 2010, a Companhia aumentou seu índice de endividamento, comparado com 2009, por meio da aquisição de novas linhas de empréstimos para honrar seus compromissos assumidos no contrato de concessão referentes às obras de infraestrutura. Atualmente a dívida da empresa está concentrada no circulante, tendo em vista a obtenção de recursos junto ao BNDES (Nota 24), cuja liberação se ocorreu em fevereiro de 2011, e que foi utilizado para a liquidação das linhas de crédito adquiridas no início de 2010.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2010 podem ser assim sumariados:

	<u>2010</u>
Total dos empréstimos (Nota 12)	140.209
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(20.543)</u>
Dívida líquida	<u>119.666</u>
Total do patrimônio líquido	<u>100.377</u>
Total do capital	<u>220.043</u>
Índice de alavancagem financeira - %	54

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia não possuía endividamento.

4.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa e bancos	17.173	759
Aplicações financeiras (i)	<u>3.370</u>	<u>37.658</u>
	<u>20.543</u>	<u>38.417</u>

(i) Refere-se a Certificado de Depósito Bancário (CDB), com liquidez diária, remunerados a taxa de 103% sobre a variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Contas a receber

	<u>2010</u>
Numerário em Trânsito	806
Cartão de Crédito- Visa Vale Pedágio	109
DBTRANS-Vale Pedágio	298
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. ("CGMP") - Sem parar (i)	2.436
Receitas Acessórias	<u>4</u>
	<u>3.653</u>

(i) Refere-se ao montante a receber das receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). Vide detalhes na Nota 4 (e).

7 Adiantamentos

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Adiantamento a fornecedores (i)	210	1.824
Adiantamentos de Pessoal	<u>6</u>	<u>4</u>
	<u>216</u>	<u>1.828</u>

(i) Refere-se a adiantamentos a fornecedores de bens e serviços para as Bases Operacionais e Praças de Pedágio.

8 Despesas antecipadas

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Adiantamentos - Custos de Empréstimos (i)	2.018	
Seguros relacionados a:		
Riscos de engenharia	122	79
Responsabilidade civil	266	429
Riscos nomeados e operacionais	602	188
Garantia de execução da obra	660	708
Outras despesas	<u>18</u>	
	<u>3.686</u>	<u>1.404</u>

(i) Refere-se a adiantamento efetuado em 2010, relacionado com a transação de captação dos empréstimos junto ao BNDES, cuja liberação ocorreu em no 1º trimestre de 2011 para a liquidação das linhas de crédito classificadas no passivo circulante (Nota 24). Tal valor será considerado com parte do custo da captação do empréstimo e será transferido para o passivo quando da liberação do recurso de forma a ajustar a taxa efetiva desse empréstimo.

As demais despesas antecipadas correspondem substancialmente às despesas com seguros (Nota 20) que a Companhia contratou durante o período, e que possuem prazo de cobertura de até 12 meses

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Impostos a recuperar

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	1.272	402
ISS a recuperar	<u>2</u>	<u> </u>
	<u>1.274</u>	<u>402</u>

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10	Imobilizado	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Computadores periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Outras imobilizações	Total
	Aquisições em 2009	73	40	360	97			570
	Depreciação	(6)	(1)	(12)	(1)			(20)
	Saldo contábil, líquido	<u>67</u>	<u>39</u>	<u>348</u>	<u>96</u>			<u>550</u>
	Saldos em 31 de maio de 2009							
	Custo	73	40	360	97			570
	Depreciação acumulada	(6)	(1)	(12)	(1)			(20)
	Saldo contábil, líquido	<u>67</u>	<u>39</u>	<u>348</u>	<u>96</u>			<u>550</u>
	Saldo inicial em 31 de dezembro de 2009	67	39	348	96			550
	Aquisições	45	489	1.003	518	449	93	2.597
	Depreciação	(112)	(21)	(174)	(28)	(13)	(8)	(356)
	Saldo contábil, líquido		507	1.177	586	436	85	2.791
	Em 31 de dezembro de 2010							
	Custo total	118	529	1.363	615	449	93	3.167
	Depreciação acumulada	(118)	(22)	(186)	(29)	(13)	(8)	(376)
	Valor residual		<u>507</u>	<u>1.177</u>	<u>586</u>	<u>436</u>	<u>85</u>	<u>2.791</u>
	Taxas Anuais de depreciação-%	10	10	20	10	20	10	

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11

Intangível

	Infraestrutura (i)							Intangível em formação (ii)	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros	Softwares	Marcas e Patentes			
Aquisições em 2009				1.575	488	7		2.430	4.500
Saldo contábil, líquido				1.575	488	7		2.430	4.500
Saldo em 31 de maio de 2009				1.575	488	7		2.430	4.500
Custo				1.575	488	7		2.430	4.500
Saldo contábil, líquido				1.575	488	7		2.430	4.500
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2009				1.575	488	7		2.430	4.500
Aquisições	91.692	1.480	41.524	28.033	152			229.582	229.734
Transferência	(154)	(1)	(35)					164.304	(1575)
Amortização					(126)	(7)			(323)
Saldo contábil, líquido	91.538	1.479	41.489	29.608	514			67.709	232.336
Em 31 de dezembro de 2010									
Custo total	91.692	1.480	41.524	29.608	640			67.709	232.653
Amortização acumulada	(154)	(1)	(35)		(126)				(316)
Valor residual	91.538	1.479	41.489	29.608	514				232.336

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Intangível - Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de realização dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Intangível em formação

Intangível em formação corresponde, basicamente, aos investimentos iniciais e aos custos diretamente relacionados à construção da infraestrutura, objeto da concessão. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia capitalizou como custo da construção parte dos custos com juros sobre empréstimos destinados aos investimentos iniciais e à construção da infraestrutura, no montante de R\$ 7.492.

12 Empréstimos

	<u>2010</u>
Empréstimos em moeda Nacional	
Bes Investimento do Brasil S.A (i)	50.005
Banco Standard de Investimentos S.A (ii)	39.975
Banco ABC Brasil S.A (iii)	20.100
Banco Fibra S.A (iv)	10.018
Empréstimos em moeda Estrangeira	
Banco Safra (v)	<u>20.111</u>
Total de empréstimos – passivo circulante	<u>140.209</u>

Em 17 de dezembro de 2009, a Companhia, por meio da Assembleia Geral Extraordinária deliberou sobre a 1ª emissão de Debêntures simples não conversíveis em ações da Companhia, que foram emitidas com base na Instrução CVM 476 de 16 de janeiro de 2009. O valor total da emissão foi de R\$ 102.000, sendo o valor nominal de R\$ 1, por debênture. Esta operação foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia, em 21 de dezembro de 2009, sendo que a venda dos títulos ocorreu somente no 1º trimestre de 2010. Os recursos obtidos nessa emissão foram utilizados exclusivamente em investimentos que foram efetuados ao longo do ano de 2010 na consecução do objeto da concessão. No final do ano de 2010, essas debêntures foram liquidadas integralmente por meio de novas linhas de empréstimos, os quais permanecem em aberto em 31 de dezembro de 2010 de acordo com os saldos apresentados acima. Abaixo seguem os detalhes dos valores contratados:

- (i) Empréstimo obtido junto ao Bes Investimento do Brasil S.A., no montante nominal de R\$ 50.000, cuja correção está atrelada à variação de 100% do CDI mais taxa de juros 4,3% a.a., com vencimento em 22 de março de 2011. O empréstimo foi liquidado em 25 de fevereiro de 2011 por meio de parte dos recursos obtidos com a captação junto ao BNDES (Nota 24).

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Empréstimo obtido junto ao Banco Standard de Investimentos S.A., no montante nominal de R\$ 40.000, cuja correção está atrelada à variação de 100% do CDI mais taxa de juros 4,5% a.a., com vencimento em 22 de março de 2011. O empréstimo foi liquidado em 24 de fevereiro de 2011 por meio de parte dos recursos obtidos com a captação junto ao BNDES (Nota 24).
- (iii) Empréstimo obtido junto ao Banco ABC Brasil S.A., no montante nominal de R\$ 20.000, cuja correção está atrelada à variação de 100% do CDI mais taxa de juros 6,55% a.a., com vencimento em 22 de março de 2011. O empréstimo foi liquidado em 24 de fevereiro de 2011 por meio de parte dos recursos obtidos com a captação junto ao BNDES (Nota 24).
- (iv) Empréstimo obtido junto ao Banco Fibra S.A., no montante nominal de R\$ 10.000, cuja correção está atrelada à variação de 100% do CDI mais taxa de juros 5,0% a.a., com vencimento em 22 de março de 2011. O empréstimo foi liquidado em 24 de fevereiro de 2011 por meio de parte dos recursos obtidos com a captação junto ao BNDES (Nota 24).
- (v) Empréstimo obtido junto ao Banco Safra S.A., no montante nominal de R\$ 20.000, cuja correção está atrelada à variação de 100% do CDI mais taxa de juros 6,55% a.a., com vencimento em 13 de junho de 2011.

Em, 31 de dezembro de 2010 a Companhia capitalizou parte das despesas financeiras com juros incorridas sobre os empréstimos em moeda estrangeira destinados à formação da infraestrutura das rodovias, no montante de R\$ 7.492 (Nota 11).

13 Provisão para gastos com recuperação da rodovia

Refere-se a provisão para recuperação da infraestrutura, que compreende os gastos previstos pela Companhia para deixá-la em condições normais de operação antes de devolvê-la ao poder concedente. A provisão foi calculada considerando a expectativa de gastos para o período correspondente aos dois últimos anos do contrato de concessão, descontados ao valor presente pela taxa de 8,65% ao ano a apropriados pelo prazo de concessão de 24 anos.

14 Tributos a recolher

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tributos Federais		
PIS/COFINS/CSLL de terceiros	1.142	
IR Terceiros	474	3
Cofins	272	
INSS Terceiros	142	1
Pis	59	
CSLL Terceiros	15	6
	<u>2.104</u>	<u>10</u>
Tributos Municipais		
ISS s/Faturamento	445	
ISS Terceiros	856	
	<u>1.301</u>	
	<u>3.405</u>	<u>10</u>

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

	<u>2010</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.312
Ajustes:	
Adições e exclusões temporárias, líquido (i)	(3.133)
Adições permanentes	<u>70</u>
Lucro Real	249
Alíquota combinado do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado – corrente	<u>85</u>

- (i) Refere-se, substancialmente, aos ajustes oriundos da adoção dos novos CPCs, considerando o Regime Transitório de Transição (Nota 2(o)). Tais ajustes compreendem a receita e custos da construção da infraestrutura, bem como despesas incorridas diretamente relacionadas com a concessão.

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	<u>2010</u>	<u>2010</u>
	<u>Resultado</u>	<u>Saldos</u>
Diferença temporária entre os saldos do não circulante de acordo com os novos CPCs e os saldos de seriam apurados com as regras contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT)	3.010	3.010
Outros	<u>(314)</u>	<u>(314)</u>
Total da base de cálculo	<u>2.696</u>	<u>2.696</u>
Impostos diferidos à alíquota combinada de 34%	<u>917</u>	<u>917</u>

16 Verba de fiscalização

Conforme estabelecido no contrato de concessão a Concessionária deverá recolher à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, a verba de fiscalização que se destina à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual da verba de fiscalização em 2010 foi de R\$ 4.005 (2009 – R\$ 3.195), devendo ser recolhida mensalmente no montante de R\$ 334 (2009 - R\$ 266). A verba de fiscalização é reajustada anualmente, na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio. O índice de reajuste tarifário autorizado pela ANTT em 2010 foi de 1,25363.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Patrimônio líquido

(a) Capital subscrito

O capital autorizado está representado por 102.000.000 ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 cada, assim distribuídos:

Acionistas	2010		2009	
	Em milhares de ações		Em milhares de ações	
	Ações ordinárias		Ações ordinárias	
	Única	%	Única	%
Isolux Corsán Concesiones S.A.	56.100	55	39.000	75
Engevix Engenharia S.A.	22.440	22	10.400	20
Encalso Construções Ltda.	23.460	23	2.600	5
	102.000	100	52.000	100

Em 11 de maio de 2009 foi realizada a integralização inicial do capital no valor de R\$ 52.000, correspondentes a 52.000.000 (cinquenta e dois milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas em dinheiro pelas acionistas Engevix Engenharia S.A., Isolux Corsán Concesiones S.A e Encalso Construções Ltda.

Em 30 de julho de 2010, a AGE aprovou o aumento do capital da Companhia, mediante a emissão de 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas em dinheiro pelas acionistas Engevix Engenharia S.A., Isolux Corsán Concesiones S.A e Encalso Construções Ltda., passando de R\$ 52.000 para R\$ 102.000.

A Viabahia não poderá, durante o prazo da Concessão, reduzir o seu capital social abaixo do valor mínimo de R\$ 52.000 sem prévia autorização expressa da ANTT.

(b) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 2010 não houve constituição de reserva legal tendo em vista que o lucro líquido obtido em 2010 foi integralmente absorvido por prejuízos acumulados.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Receita

	Exercício findo em 31 dezembro de 2010	Período de 11 de maio a 31 de dezembro de 2009
Receita de obra de infraestrutura (i)	209.654	2.430
Receita de operação		
Receitas em numerário (ii)	5.745	
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (iii)	2.460	
Receitas de vale pedágio (iv)	299	
Receitas de cartão de crédito	561	
Receitas acessórias		
Tarifas de exame de projetos	10	
	<u>218.729</u>	<u>2.430</u>
Tributos sobre serviços da operação	<u>(776)</u>	
	<u>217.953</u>	<u>2.430</u>

- (i) A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, um montante de R\$ 209.654 (R\$ 2.430 para o período de 11 de maio a 31 de dezembro de 2009) como receita de obras de infra-estrutura, nos termos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 6% de margem, que reflete a melhor estimativa da movimentação do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), conforme demonstrado a seguir:

	Exercício findo em 31 dezembro de 2010	Período de 11 de maio a 31 de dezembro de 2009
Receita de obra de infraestrutura (i)	209.654	2.430
Custos de construção	<u>(198.211)</u>	<u>(2.292)</u>
	<u>11.443</u>	<u>138</u>

- (ii) Provenientes de recebimentos em dinheiro e cheques aguardando para serem depositados.

- (iii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (“Automatic Vehicle Identification”) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada (CGMP).

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

19 Custos dos bens e vendidos serviços

Os custos dos serviços prestados são sumariados e apresentados com a seguinte composição:

	Exercício findo em 31 dezembro de 2010	Período de 11 de maio a 31 de dezembro de 2009
Custo de operação		
Serviços de terceiros-operação	1.654	
Gastos com pessoal	1.567	
Material, equipamentos e veículos	1.044	
Serviços de terceiros, manutenção e conservação	758	
Outros gastos operação e manutenção	182	
Gastos com aluguéis	35	
Gastos com viagens	41	
Depreciação e amortização	199	
	<u>5.480</u>	
Custos de obra de infraestrutura	<u>198.211</u>	<u>2.292</u>
	<u>198.211</u>	<u>2.292</u>
	<u>203.691</u>	<u>2.292</u>

20 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2010, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Riscos	Vigência até	Importâncias seguradas
Riscos de engenharia	30 de setembro de 2011	215.024
Responsabilidade civil	30 de setembro de 2011	122.000
Riscos nomeados e operacionais	30 de setembro de 2011	904.659
Garantia de execução da obra	19 de outubro de 2011	130.000

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com o Contrato de Concessão, durante o prazo do contrato, a Concessionária deverá contratar e manter em vigor os seguintes seguros:

- Seguros contra danos materiais - cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da concessão.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia e o poder concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes das atividades abrangidas pela concessão.
- Garantia de execução - seguro que a Companhia deverá manter em favor da ANTT como garantia do fiel cumprimento das obrigações.

21 Despesas gerais e administrativas

	Em 31 dezembro de 2010	Período de 11 de maio a 31 de dezembro de 2009
Serviços de terceiros	2.884	895
Material, equipamentos e veículos	995	114
Despesas com tributos	929	19
Despesas com pessoal	672	181
Gastos com viagens	552	291
Arrendamentos e aluguéis	388	118
Editais e publicações (i)	259	4.059
Seguros	179	942
Verba de fiscalização (Nota 15)	334	533
Propaganda e publicidade	170	-
Depreciação e amortização	474	55
Outros gastos operação e manutenção	919	316
	<u>8.755</u>	<u>7.523</u>

- (i) Correspondem substancialmente aos gastos com estudos desenvolvidos pelo *International Finance Corporation ("IFC")* e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES"), nos montantes de R\$ 2.758 e R\$ 1.182, respectivamente, realizados anteriormente à assinatura do contrato de concessão

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Período de 11 de maio a 31 de dezembro de 2009
Salários e encargos	505	178
Honorários de diretoria	131	97
Outros	36	3
	<u>672</u>	<u>278</u>

23 Resultado financeiro, líquido

	Exercício findo em 31 dezembro de 2010	Período de 11 de maio a 31 de dezembro de 2009
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros sobre financiamento	(191)	
Juros sobre debêntures	(3.917)	
Comissões debêntures	(1.870)	
Comissões sobre empréstimos	(51)	
Despesas bancárias	(15)	(4)
Despesa corretagem	(80)	(80)
Encargos debêntures	(43)	
Juros sobre provisão gastos recuperação	(4)	
Outras despesas	(8)	(1)
	<u>(6.179)</u>	<u>(85)</u>
<u>Receitas Financeiras</u>		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.108	1.987
Outros	7	
	<u>4.115</u>	<u>1.987</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(2.065)</u>	<u>1.902</u>

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Eventos subsequentes

A Companhia contratou financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que foi assinado no final de exercício de 2010, no montante total de R\$ 290.000. O vencimento se dará 18 meses após a assinatura do contrato, com correção pela TJLP + 2,8% a.a. de spread.

No primeiro trimestre de 2011, cerca de R\$ 162.670 foram liberados pelo BNDES e sua destinação foi para liquidação, ainda no mês de fevereiro, das linhas de crédito registradas no passivo circulante da Companhia (Nota 12). Os recursos provenientes dos financiamentos obtidos pela Companhia estão sendo destinados à realização de investimentos de infraestrutura da concessão, trabalhos iniciais, recuperação, ampliação e melhorias, aquisição e instalação de equipamentos e sistemas operacionais, no sistema rodoviário objeto do contrato de concessão (Nota 1).

25 Adoção dos CPCs pela primeira vez

25.1 Base da transição

25.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras.

A data de constituição da Companhia é 11 de maio de 2009. Portanto, não são aplicáveis as considerações de balanço de abertura.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou a exceção obrigatória relevante e não foi necessário aplicar isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva. A exceção da aplicação retrospectiva seguida pela Companhia foi relativa a estimativas, visto que as estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

Outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo na área de reversão de ativos e passivos financeiros. Não foram aplicadas isenções na apresentação desta demonstração financeira.

25.2 Conciliação entre BR GAAP antigo CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado e posteriormente, as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

25.2.1 Contratos de concessão

Os contratos de concessão são reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01 – Contratos de Concessão e do OCPC 05 - Contratos de Concessão. Esses contratos representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido em cada contrato.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em conformidade com o BR GAAP antigo, os gastos relacionados às concessões eram capitalizados no ativo imobilizado e passariam a ser depreciados, de acordo com o prazo de duração da concessão.

No que diz respeito aos novos CPCs a infraestrutura relacionada aos contratos de concessão deixa de ser registrada como ativo imobilizado do concessionário, tendo em vista que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle e até mesmo de propriedade da infraestrutura dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento dos respectivos contratos.

Nesse contexto, para fins de registros contábeis, o concessionário registra receitas de serviços de construção e melhorias de acordo com os CPCs 17 e 30, tendo como contrapartida as rubricas de ativo intangível. A receita de construção é calculada com base nos custos dos serviços prestados, acrescida de margem, calculada pela Administração, com base em premissas devidamente fundamentadas.

Pelas características do Contrato de Concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, o Ativo Intangível é reconhecido pelo direito de exploração da rodovia, de utilização do serviço público, onde ao final da vigência do Contrato os bens serão revertidos ao Poder Concedente, ou seja, é classificado como Ativo Intangível.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.4 Conciliação do prejuízo líquido no período de 11 de maio a 31 de dezembro de 2009

	De acordo com o BR GAAP antigo	Efeitos ICPC 01	De acordo com o ICPC
Operações			
Receita líquida de bens e serviços		2.430	2.430
Custo dos bens e serviços vendidos		(2.292)	(2.292)
Lucro bruto			
Despesas gerais e administrativas	(8.545)	1.022	(7.523)
Honorários dos administradores	(650)	553	(97)
Outras despesas operacionais, líquidas	(187)		(187)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(9.382)	1.713	(7.669)
Despesas financeiras	(85)		(85)
Receitas financeiras	1.987		1.987
Prejuízo do período	(7.480)	1.713	(5.767)

* * *